



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/20 da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda. – SICOOB SECOVICRED MG, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Constituída em 08 de agosto de 2011, iniciou suas atividades em junho 2012 o SICOOB SECOVICRED MG completou 08 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB SECOVICRED MG obteve um resultado de R\$ 2.531.368,93 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 100.018.085,75 Por sua vez a carteira de crédito comercial representava R\$ 21.129.328,47.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 53,14% da carteira, no montante de R\$ 11.221.148,28.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 105.001.852,25, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 42,66%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 35.231.187,10
	33,55%
Depósitos a Prazo	R\$ 69.770.665,15
	66,45%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 52,25% da captação, no montante de R\$ 55.009.103,21.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB SECOVICRED MG era de R\$ 15.258.185,44 O quadro de associados era composto por 2.610 Cooperados, havendo um acréscimo de 20,75% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SECVICRED MG, adotou seu próprio procedimento de cobrança, visando recuperar os créditos e diminuir a inadimplência.

O SICOOB SECVICRED MG adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



8. Conselho Fiscal

Eleito em 2020, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SECOCRED MG aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB SECOCRED MG registrou 08 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. 06 foram consideradas improcedentes e 02 procedentes, solucionadas de acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte/MG, 12 de fevereiro 2021.

Ariano Cavalcanti de Paula
Diretor Presidente

Luiz Fernando Rievers Machado
Diretor Financeiro

Paulo César de Souza Andrade
Diretor Jurídico

Leonardo da Mota Costa
Diretor Administrativo



BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		107.516.512,74	80.503.130,47
Caixa e Equivalente de Caixa	4	100.312.995,89	75.100.218,23
Disponibilidades		294.910,14	246.717,53
Centralização Financeira		100.018.085,75	74.853.500,70
Operações de Crédito	5	6.852.420,45	4.639.735,51
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		a	4.321.404,39
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		-284.752,42	-207.748,18
Financiamentos		1.023.815,69	535.650,94
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-19.315,76	-9.571,64
Outros Créditos	6	316.000,29	397.529,11
Créditos por Avais e Fianças Honrados		7.551,55	4.609,60
Rendas a Receber		241.379,37	354.441,52
Diversos		83.897,50	41.759,03
(-) Provisões para Outros Créditos		-16.828,13	-3.281,04
Outros Valores e Bens	7	35.096,11	365.647,62
Outros Valores e Bens		0,00	317.841,67
Despesas Antecipadas		35.096,11	47.805,95
Não Circulante		15.964.595,52	7.739.793,52
Realizável a Longo Prazo		13.764.105,54	6.087.222,82
Operações de Crédito	5	13.764.105,54	6.087.222,82
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		11.236.293,91	5.896.712,17
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		-167.691,45	-179.124,13
Financiamentos		2.733.577,67	376.012,96
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-38.074,59	-6.378,18
Investimentos	8	1.685.521,87	1.050.192,62
Investimentos		1.685.521,87	1.050.192,62
Imobilizado	9	502.907,53	599.432,59
Imobilizado em Uso		868.999,87	876.767,99
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		-366.092,34	-277.335,40
Intangível		12.060,58	2.945,49
Intangível		53.434,42	38.280,43
(-) Amortizações Acumuladas do Intangível		-41.373,84	-35.334,94
TOTAL DO ATIVO		123.481.108,26	88.242.923,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		106.699.279,22	74.968.823,01
Depósitos	10	105.001.852,25	73.600.723,68
Depósitos à Vista		35.231.187,10	22.801.218,77
Depósitos a Prazo		69.770.665,15	50.799.504,91
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	130.415,74	0,00
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		130.415,74	0,00
Outras Obrigações	12	1.567.011,23	1.368.099,33
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		219,40	2.750,28
Sociais e Estatutárias		864.240,38	511.316,25
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		109.468,07	103.096,97
Diversas		593.083,38	750.935,83
Passivo Não Circulante		731.025,59	0,00
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	731.025,59	-
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		731.025,59	
Patrimônio Líquido	14	16.050.803,45	13.274.100,98
Capital Social	14.a	11.542.595,35	9.855.151,48
De Domiciliados no País		11.781.310,35	10.166.181,48
(Capital a Realizar)		-238.715,00	-311.030,00
Reserva de Sobras		2.690.317,19	1.953.543,09
Sobras ou Perdas Acumuladas	14.d	1.817.890,91	1.465.406,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.481.108,26	88.242.923,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

DSP	Notas	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Ingressos/Receitas da Intermediação Fin.		2.192.025,90	4.912.623,02	3.279.392,28	6.501.686,83
Operações de Crédito	17	1.128.135,45	2.440.904,87	1.026.223,63	1.898.183,62
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.063.890,45	2.471.718,15	2.253.168,65	4.603.503,21
Dispêndios/Despesas da Intermediação Fin.	18	(994.273,32)	(1.999.534,39)	(1.481.799,92)	(3.186.388,26)
Operações de Captação no Mercado		(747.307,32)	(1.685.156,58)	(1.500.708,84)	(3.110.422,82)
Provisão para Créditos de Liquidação					
Duvidosa		(246.966,00)	(314.377,81)	18.908,92	(75.965,44)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.197.752,58	2.913.088,63	1.797.592,36	3.315.298,57
Outras Receitas/Despesas e Ingressos/Dispêndios Operacionais		(17.356,14)	(87.730,98)	(394.462,76)	(755.752,86)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	19	1.521.483,96	2.911.299,70	1.351.028,54	2.548.810,28
Ingressos/Rendas de Tarifas Bancárias	20	1.208.282,29	2.383.124,30	1.153.081,35	2.256.472,30
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(1.148.331,38)	(2.243.877,04)	(1.054.020,07)	(2.018.950,81)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(1.515.515,92)	(3.059.176,09)	(1.657.137,23)	(3.295.975,41)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(52.174,76)	(98.811,54)	(142.185,44)	(271.098,40)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	62.143,35	186.670,56	87.434,60	278.406,64
Outras Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(82.564,13)	(147.066,02)	(111.284,13)	(215.342,00)
Perdas Por Reducao Ao Valor Recuperavel de Ativos de Uso		(762,78)	(1.525,56)	-	-
Dispêndios/Despesas de Provisão para Garantias prestadas	24	(9.916,77)	(18.369,29)	(21.380,38)	(38.075,46)
Resultado Operacional		1.180.396,44	2.825.357,65	1.403.129,60	2.559.545,71
Outras Receitas e Despesas		1.366,35	18.177,44	(4.191,89)	(3.079,10)
Outras Receitas		1.366,35	18.177,44	2.458,61	3.632,64
Outras Despesas		-	-	(6.650,50)	(6.711,74)
Resultado Antes da Tributação E Participação		1.181.762,79	2.843.535,09	1.398.937,71	2.556.466,61
Imposto de Renda e Contribuição Social		(7.670,68)	(21.432,22)	-	-
Imposto de renda Sobre Atos Não Cooperados		(3.835,34)	(10.716,11)	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(3.835,34)	(10.716,11)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.174.092,11	2.822.102,87	1.398.937,71	2.556.466,61



Destinações Legais e Estatutárias			-	(935.025,05)		-	(708.295,76)
FATES - Fundo de Assi. Técnica, Edu. e Soc.				(198.250,95)			(101.185,11)
Fundo de Reserva				(736.774,10)			(607.110,65)
Resultado Antes dos Juros ao Capital			1.174.092,11	1.887.077,82	1.398.937,71	1.848.170,85	
Juros ao Capital	16		(112.224,70)	(290.733,94)	(265.961,67)	(532.764,44)	
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias			1.061.867,41	1.596.343,88	1.132.976,04	1.315.406,41	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

DRA	Notas	2o Sem. 2020	31/12/2020	2o Sem. 1900	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.174.092,11	2.822.102,87	1.398.937,71	2.556.466,61
Outros resultados abrangentes					
Total do resultado abrangente		1.174.092,11	2.822.102,87	1.398.937,71	2.556.466,61

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

Descrição	Notas	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Líquidas Antes das Destinações		1.174.092,11	2.822.102,87	1.398.937,71	2.556.466,61
Ajuste de Exercícios Anteriores		-28.452,97	-28.452,97	0,00	0,00
Distribuição de Sobras a Receber		0,00	-61.039,12	0,00	-79.874,49
Provisão para Operações de Crédito		246.966,00	314.377,81	-18.908,92	75.965,44
Provisão de Juros ao Capital		-112.224,70	-290.733,94	-265.961,67	-532.764,44
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável de Ativos de Uso		762,78	1.525,56	-	-
Provisões (Reversão) para Garantias Prestadas		9.916,77	18.369,29	21.380,38	38.075,46
Depreciações e Amortizações		46.348,45	93.270,28	56.017,16	104.866,12
Outros ajustes					
		1.337.408,44	2.869.419,78	1.191.464,66	2.162.734,70
Aumento (Redução) em ativos operacionais					
Operações de Crédito		-7.137.258,23	-10.203.945,47	-1.552.859,48	-3.082.292,71
Outros Créditos		71.485,87	142.567,94	115.487,13	147.454,29
Outros Valores e Bens		9.685,72	330.551,51	54.267,17	82.930,96
Aumento (Redução) em passivos operacionais					
Depósitos a Vista		8.457.754,84	12.429.968,33	5.130.178,41	7.030.238,58
Depósitos a Prazo		10.266.654,65	18.971.160,24	-3.090.622,95	3.378.062,85
Obrigações por Emissão de LCA		861.441,33	861.441,33	-	-
Outras Obrigações		-280.492,59	201.974,83	-642.578,18	-68.143,60
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	-202.370,22	-	-67.093,97
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-75.455,27	-75.455,27	-	-
FATES Sobras Exercício		-122.795,68	-122.795,68	-101.185,11	-101.185,11
IRPJ e CSLL pagos		-7.670,68	-21.432,22	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		13.380.758,40	25.181.085,10	1.104.151,65	9.482.705,99
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Intangível		1.520,52	-9.115,09	-1.865,04	-1.865,04
Aquisição de Imobilizado de Uso		-8.906,39	1.729,22	-23.869,70	-32.437,60
Aquisição de investimentos		0,00	-635.329,25	-177.632,07	-281.710,82
Outros Ajustes					
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		-7.385,87	-642.715,12	-203.366,81	-316.013,46

**Atividades de Financiamentos**

Aumento por novos aportes de Capital		583.477,01	1.251.819,81	536.055,05	1.055.255,64
Devolução de Capital à Cooperados		-410.457,83	-567.532,00	-293.645,09	-522.155,30
Estorno de Capital		0,00	-76.796,93	0,00	0,00
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		0,00	-12.784,32	0,00	-3.193,06
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		0,00	-200.050,32	0,00	-125.870,43
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		279.751,44	279.751,44	512.714,77	512.714,77

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos**452.770,62 674.407,68 755.124,73 916.751,62****Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa****13.826.143,15 25.212.777,66 1.655.909,57 10.083.444,15****Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas**

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		86.486.852,74	75.100.218,23	73.444.308,66	65.016.774,08
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		100.312.995,89	100.312.995,89	75.100.218,23	75.100.218,23

Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**13.826.143,15 25.212.777,66 1.655.909,57 10.083.444,15**



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI – SICOOB SECOVICRED MG

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Contingências	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		8.534.344,72	(229.245,00)	1.346.432,44		-	850.394,11	10.501.926,27
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Ao FATES							(67.093,97)	(67.093,97)
Constituição de Reservas				20.000,00		130.000,00	(150.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado							(125.870,43)	(125.870,43)
Ao Capital		504.236,65					(504.236,65)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados							(3.193,06)	(3.193,06)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		1.137.040,64	(81.785,00)					1.055.255,64
Por Devolução (-)		(522.155,30)						(522.155,30)
Reversões de Reservas								
Sobras ou Perdas Líquidas				(20.000,00)	#	(130.000,00)	150.000,00	-
Remuneração de Juros ao Capital:								
Provisão de Juros ao Capital							(532.764,44)	(532.764,44)
Subscrição de Juros ao Capital		519.695,26						519.695,26
IRRF sobre Juros ao Capital		(6.980,49)						(6.980,49)
Destinação das Sobras aos fundos:								
Fundo de Reserva			607.110,65				(607.110,65)	-
F A T E S							(101.185,11)	(101.185,11)
Saldo em 31/12/2019		10.166.181,48	(311.030,00)	1.953.543,09	-	-	1.465.406,41	13.274.100,98
Outros Ajustes								
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Ao FATES							(202.370,22)	(202.370,22)
Constituição de Reservas							(250.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado							(200.050,32)	(200.050,32)
Ao Capital		800.201,55					(800.201,55)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados							(12.784,32)	(12.784,32)

Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização	1.251.819,81							1.251.819,81
Por Devolução (-)	(639.847,00)	72.315,00						(567.532,00)
Estorno de Capital	(76.796,93)							(76.796,93)
Reversões de Reservas					(250.000,00)	250.000,00		-
Sobras ou Perdas Líquidas						2.822.102,87	2.822.102,87	
Remuneração de Juros ao Capital:								-
Provisão de Juros ao Capital							(290.733,94)	(290.733,94)
Subscrição de Juros ao Capital	279.964,16							279.964,16
IRRF sobre Juros ao Capital	(212,72)							(212,72)
FATES - Atos Não Cooperativos							(75.455,27)	(75.455,27)
Destinação das Sobras aos fundos:								-
Fundo de Reserva			736.774,10				(736.774,10)	-
F A T E S							(122.795,68)	(122.795,68)
Saldo em 31/12/2020	11.781.310,35	(238.715,00)	2.690.317,19	-	-	1.817.890,91	16.050.803,45	
Saldo em 30/06/2019	9.363.921,75	(263.895,00)	1.346.432,44	20.000,00	130.000,00	890.726,13	11.487.185,32	
Movimentação de Capital:								-
Por Subscrição/Realização	583.190,05	(47.135,00)						536.055,05
Por Devolução (-)	(293.645,09)							(293.645,09)
Reversões de Reservas					(20.000,00)	(130.000,00)	150.000,00	-
Sobras ou Perdas Líquidas							1.398.937,71	1.398.937,71
Remuneração de Juros ao Capital:								-
Provisão de Juros ao Capital							(265.961,67)	(265.961,67)
Subscrição de Juros ao Capital	519.695,26						-	519.695,26
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.980,49)							(6.980,49)
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados								-
Fundo de Reserva			607.110,65				(607.110,65)	-
F A T E S							(101.185,11)	(101.185,11)
Saldo em 31/12/2019	10.166.181,48	(311.030,00)	1.953.543,09	-	-	1.465.406,41	13.274.100,98	
Saldo em 30/06/2020	11.469.249,73	(379.425,00)	1.953.543,09	-	250.000,00	1.469.501,52	14.762.869,34	
Outros Ajustes						-	(28.452,97)	(28.452,97)
Movimentação de Capital:								-
Por Subscrição/Realização	442.767,01	140.710,00						583.477,01
Por Devolução (-)	(410.457,83)							(410.457,83)
Reversões de Reservas						(250.000,00)	250.000,00	-

Sobras ou Perdas Líquidas									1.174.092,11	1.174.092,11
Remuneração de Juros ao Capital:										
Provisão de Juros ao Capital									(112.224,70)	(112.224,70)
Subscrição de Juros ao Capital		279.964,16								279.964,16
IRRF sobre Juros ao Capital		-212,72								(212,72)
FATES - Atos Não Cooperativos									(75.455,27)	(75.455,27)
Destinação das Sobras aos fundos:										
Fundo de Reserva				736.774,10					(736.774,10)	-
F A T E S									(122.795,68)	(122.795,68)
Saldo em 31/12/2020		11.781.310,35	(238.715,00)	2.690.317,19		-		-	1.817.890,91	16.050.803,45

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECORI - SICOOB SECOCRED MG, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/01/2012, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SECOCRED MG**, sediada à rua Sergipe 1000, Savassi, Belo Horizonte/MG.

O **SICOOB SECOCRED MG** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: I) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; II) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; III) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e IV) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão

considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2. Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem

como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOVI - SICOOB SECOVICRED MG junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível.

Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de

terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

k) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda,

quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por

“*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	294.910,14	246.717,53
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	100.018.085,75	74.853.500,70
TOTAL	100.312.995,89	75.100.218,23

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 4.603.503,21 e R\$ 2.471.718,15, respectivamente, com taxa média de 101,83% do CDI nos respectivos períodos.



5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	6.132.672,94	11.236.293,91	17.368.966,85	10.218.116,56
Financiamentos	1.023.815,69	2.733.577,67	3.757.393,36	911.663,90
Total de Operações de Crédito	7.156.488,63	13.969.871,58	21.126.360,21	11.129.780,46
(-) Provisões para Operações de Crédito	(304.068,18)	(205.766,04)	(509.834,22)	(402.822,13)
TOTAL	6.852.420,45	13.764.105,54	20.616.525,99	10.726.958,33

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo/TD	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	-	Normal	1.865.318,07	2.850,57	1.868.168,64		226.572,85
A	0,50%	Normal	7.899.920,40	1.902.868,60	9.802.789,00	- 49.013,95	4.637.219,06
B	1%	Normal	5.623.397,25	1.531.901,56	7.155.298,81	- 71.552,99	2.913.355,95
B	1%	Vencidas	0,89	-	0,89	-0,01	48.747,75
C	3%	Normal	1.243.217,65	227.769,40	1.470.987,05	- 44.129,61	2.508.991,44
C	3%	Vencidas	2.297,03	-	2.297,03	- 68,91	12.473,58
D	10%	Normal	62.958,47	9.385,19	72.343,66	- 7.234,37	472.738,07
D	10%	Vencidas	293.913,86	-	293.913,86	- 29.391,39	16.822,63
E	30%	Normal	35.806,51	71.495,01	107.301,52	- 32.190,46	29.669,60
E	30%	Vencidas	21.107,92	11.123,03	32.230,95	- 9.669,28	49.820,13
F	50%	Normal	107.350,84	-	107.350,84	- 53.675,42	20.542,09
F	50%	Vencidas	1.214,00	-	1.214,00	- 607,00	321,87
G	70%	Normal	543,77	-	543,77	- 380,64	11,87
G	70%	Vencidas	-	-	-	-	4.552,75
H	100%	Normal	57.982,27	-	57.982,27	- 57.982,27	56.955,07
H	100%	Vencidas	153.937,92	-	153.937,92	- 153.937,92	130.985,75
Total Normal		16.896.495,23	3.746.270,33	20.642.765,56	- 316.159,71	10.866.056,00	- 250.998,53
Total Vencidos		472.471,62	11.123,03	483.594,65	- 193.674,51	263.724,46	- 151.823,60
Total Geral		17.368.966,85	3.757.393,36	21.126.360,21	- 509.834,22	11.129.780,46	- 402.822,13
Provisões		- 452.443,87	- 57.390,35	- 509.834,22		- 402.822,13	
Total Líquido		16.916.522,98	3.700.003,01	20.616.525,99		10.726.958,33	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.332.727,39	3.799.945,55	11.236.293,91	17.368.966,85
Financiamentos	263.545,79	760.269,90	2.733.577,67	3.757.393,36
TOTAL	2.596.273,18	4.560.215,45	13.969.871,58	21.126.360,21

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Indústria	378,44	0,00	378,44	0%
Setor Privado - Serviços	11.498.782,29	2.554.940,57	14.053.722,86	67%
Pessoa Física	3.883.547,25	688.834,34	4.572.381,59	22%
Outros	1.986.258,87	513.618,45	2.499.877,32	12%
TOTAL	17.368.966,85	3.757.393,36	21.126.360,21	100%



e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	402.822,13	496.466,88
Constituições/Reversões	300.830,72	78.620,20
Transferência para prejuízo	(193.818,63)	(172.264,95)
TOTAL	509.834,22	402.822,13

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	2.072.330,32	9,81%	740.164,52	7,00%
10 Maiores Devedores	7.714.150,74	36,53%	4.832.835,518	43,00%
50 Maiores Devedores	15.554.850,57	73,66%	8.844.388,81	79,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.540.684,76	1.419.313,90
Valor das operações transferidas no período	193.818,63	172.264,95
Valor das operações recuperadas no período	(322.544,93)	(855,80)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(157.703,72)	(50.038,29)
TOTAL	1.254.254,74	1.540.684,76

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	7.551,55	4.609,60
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	36.134,67	35.591,56
Outras rendas a receber	17.535,33	7.439,54
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	187.709,37	311.410,42
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	14.939,73	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	135,56	456,82
Devedores por compra de valores e bens	63.713,23	
Títulos e créditos a receber (d)	4.621,73	40.303,66
Devedores diversos – país (e)	487,25	998,55
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(16.828,13)	(3.281,04)
TOTAL	316.000,29	397.529,11

(a) Créditos por avais e fianças honrados estão registrados os valores de cartões de crédito inadimplentes mais de 81 dias.

(b) Serviços Prestados a Receber refere-se a rendas de serviço prestado de recebimento de convênios de tributos federais, estaduais, municipais, convênios com empresas de telecomunicações, saneamento e demais empresas privadas.

(c) Rendimentos a receber do saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB Central Cecremge, cujo valor R\$ 187.709,37 em 31.12.2020 e R\$ 311.410,42 em 31.12.2019

(d) Títulos e créditos a receber refere-se a tarifas sem concessão de crédito a serem debitadas dos cooperados pela prestação de serviços.

(e) Devedores Diversos refere-se a pendências a regularizar e diferença de caixa.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:



Nível / Percentual			Avalias e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação					31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
D	10%	Normal	-	39.913,23	39.913,23	(3.991,32)	-	0,00
E	30%	Normal		23.800,00	23.800,00	(7.140,00)	-	0,00
E	30%	Vencidas	1.045,24	-	1.045,24	(313,56)	1.897,93	(569,37)
F	50%	Vencidas	1.162,13	-	1.162,13	(581,07)	-	0,00
G	70%	Vencidas	1.806,75	-	1.806,75	(1.264,73)	-	0,00
H	100%	Vencidas	3.537,43	-	3.537,43	(3.537,43)	2.711,67	(2.711,67)
Total Geral			7.551,55	63.713,23	71.264,78	(16.828,11)	4.609,60	(3.281,04)
Provisões			(12.836,79)	(3.991,32)	(16.828,11)		6.562,10	
Total Líquido			18.514,76	35.921,91	54.436,67		1.328,55	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio	-	317.841,67
Despesas Antecipadas (a)	35.096,11	47.805,95
TOTAL	35.096,11	365.647,62

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	1.387.699,22	1.050.192,62
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	297.822,65	0,00
TOTAL	1.685.521,87	1.050.192,62

(a) Refere-se a cotas de capital na Sicoob Central Cecremge.

(b) Refere-se a ações do Bancoob.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	518.099,78	518.099,75
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(191.145,17)	(139.335,41)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	216.006,12	216.006,12
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(174.886,02)	(62.417,93)
Sistema de Comunicação	20%	13.268,96	13.268,96
Sistema de Processamento de Dados	20%	180.975,14	114.239,17
Sistema de Segurança	10%	15.153,99	15.153,99
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		3.669,07	0,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(78.234,34)	(75.582,06)
TOTAL		502.907,53	599.432,59



10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	35.231.187,10		22.801.218,77	
Depósito a Prazo	69.770.665,15	0,15	50.799.504,91	0,35
TOTAL	105.001.852,25		73.600.723,68	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	24.165.345,36	23,00%	11.928.097,67	16,00%
10 Maiores Depositantes	45.047.787,43	43,00%	33.985.168,27	47,00%
50 Maiores Depositantes	68.782.090,65	66,00%	50.565.762,65	69,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(670.398,70)	(1.554.171,56)	(1.447.061,64)	(3.006.108,01)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(3.441,33)	(3.441,33)	0,00	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(73.467,29)	(127.543,69)	(53.647,20)	(104.314,81)
TOTAL	(747.307,32)	(1.685.156,58)	(1.500.708,84)	(3.110.422,82)

11. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se à Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(3.441,33)	(3.441,33)	0,15	-	-

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	219,40	2.750,28
Sociais e Estatutárias	864.240,38	511.316,25
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	109.468,07	103.096,97
Diversas	593.080,20	750.935,83
TOTAL	1.567.008,05	1.368.099,33



12.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	363.929,76	114.270,98
Cotas de Capital a Pagar (b)	500.310,62	397.045,27
TOTAL	864.240,38	511.316,25

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.325,49	2.355,20
Impostos e Contribuições sobre Salários	65.860,11	61.766,86
Outros	41.282,47	38.974,91
TOTAL	109.468,07	103.096,97

12.3. Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	5.829,51
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	28.412,26	21.953,09
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	395.777,68	313.720,06
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	15.070,63	23.236,67
Credores Diversos – País ©	153.822,81	386.196,50
TOTAL	593.083,38	750.935,83

a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos dos funcionários da Cooperativa. Composta pela provisão de férias provisão de Férias (R\$ 117.1540,03); Encargos obrigatórios INSS s/Férias (R\$ 30.694,36); FGTS s/ Férias (R\$ 5.445,82); PIS s/ Férias (R\$ 1.171,55) e Outras Despesas Administrativas (R\$ 154.706,10 em 31.12.2020 e R\$ 169.659,69 em 31.12.2019).

b) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$1.514.537,62 (R\$1.583.882,01 em 31.12.2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) Composta substancialmente por Pendências a regularizar Bancoob (R\$ 59.917,89) e Credores Diversos liquidação cobrança (R\$ 80.698,19).



13. Instrumentos financeiros

O SICOOB SECOVICRED MG opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2020** e **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	11.542.595,35	9.855.151,48
Associados	2.610	2.285

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão e Reforma

Constituída pelas destinações estatutárias das sobras, no valor de R\$ 250.000,00, para abertura de novos PA'S conforme projeto aprovado. Ao final do exercício foi revertido o valor de R\$221.547,03 que ficará à disposição da AGO.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 25 de maio de 2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 800.201,55.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	2.531.368,93	2.023.702,17
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(75.455,27)	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.455.913,66	2.023.702,17
Destinações estatutárias		



Reserva legal - 30%	(736.774,10)	(607.110,65)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(122.795,68)	(101.185,11)
Reversão de Reservas e ajustes	221.547,03	150.000,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.817.890,91	1.465.406,41

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
1. Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	2.552.801,15	2.023.702,17
2. Resultado de atos com associados	(2.441.756,10)	(534.558,53)
3. (+) ajustes manuais	-	148.911,81
4. (-) ajustes manuais	-	(1.603.677,38)
5. (-) ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(21.432,22)	-
6. (-) outras deduções (conforme res. 129/16 e res. 145/16)	(14.157,56)	(34.378,07)
7. (= resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da lei 5764/71)	75.455,27	0,00

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$290.733,94, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 532.764,44 equivalente a 100% da variação da SELIC.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	4.578,29	13.169,83	14.002,35	26.191,64
Rendas De Empréstimos	931.546,23	1.962.020,51	911.879,72	1.672.538,53
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	19.970,06	38.144,09	2.874,09	3.727,48
Rendas De Financiamentos	101.448,85	162.024,39	71.020,49	145.687,68
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	70.592,02	265.546,05	26.446,98	50.038,29
TOTAL	1.128.135,45	2.440.904,87	1.026.223,63	1.898.183,62

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(747.307,32)	(1.685.156,58)	(1.500.708,84)	(3.110.422,82)
Provisões para Operações de Crédito	(246.966,00)	(314.377,81)	18.908,92	(75.965,44)
TOTAL	(994.273,32)	(1.999.534,39)	(1.481.799,92)	(3.186.388,26)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.241.868,33	2.433.772,46	1.131.552,47	2.145.000,99
Rendas de outros serviços	279615,63	477527,24	219476,07	403809,29
Total	1.521.483,96	2.911.299,70	1.351.028,54	2.548.810,28

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
-----------	-----------	------------	-----------	------------



Rendas de Pacotes de Serviços - PF	81.750,59	166.192,62	83.484,00	167.520,86
Rendas de Serviços Prioritários - PF	47.500,98	87.872,10	41.456,60	85.991,55
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	112,70	148,40	0,00	0,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.078.918,02	2.128.911,18	1.028.140,75	2.002.959,89
TOTAL	1.208.282,29	2.383.124,30	1.153.081,35	2.256.472,30

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(12.350,00)	(24.050,00)	(9.425,60)	(16.474,40)
Despesas de Honorários - Diretoria	(165.100,00)	(323.050,00)	(118.883,20)	(225.683,20)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(124.333,44)	(259.843,79)	(132.315,50)	(251.996,62)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(225.811,18)	(445.561,95)	(195.828,90)	(406.402,05)
Despesas de Pessoal - Proventos	(613.623,04)	(1.177.238,92)	(589.348,42)	(1.094.844,86)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(7.113,72)	(14.132,38)	(8.218,45)	(15.600,78)
Despesas de Remuneração de Estagiários	0,00	0,00	0,00	(7.948,90)
TOTAL	(1.148.331,38)	(2.243.877,04)	(1.054.020,07)	(2.018.950,81)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(8.862,80)	(16.830,61)	(8.773,08)	(18.755,60)
Despesas de Aluguéis	(65.900,99)	(119.587,14)	(63.765,78)	(133.985,35)
Despesas de Comunicações	(106.553,21)	(227.226,62)	(123.273,10)	(221.436,49)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(22.276,96)	(52.043,63)	(21.487,39)	(50.947,11)
Despesas de Material	(6.534,08)	(17.130,79)	(13.607,94)	(20.728,73)
Despesas de Processamento de Dados	(220.847,66)	(474.703,94)	(237.682,93)	(457.179,99)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(9.208,70)	(11.825,78)	(2.097,79)	(8.160,96)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(140,15)	(769,78)	(2.699,03)	(2.699,03)
Despesas de Publicações	0,00	(480,00)	0,00	(6.200,00)
Despesas de Seguros	(7.862,09)	(18.087,20)	(11.669,02)	(16.703,09)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(779.217,32)	(1.489.383,49)	(803.193,62)	(1.633.534,86)
Despesas de Serviços de Terceiros	(31.542,67)	(116.978,70)	(77.059,73)	(127.887,07)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(35.134,15)	(70.471,41)	(33.354,28)	(59.936,61)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(44.309,12)	(82.896,99)	(41.908,55)	(87.114,82)
Despesas de Transporte	(2.937,50)	(5.483,45)	(4.738,40)	(7.908,89)
Despesas de Viagem no País	(2.545,80)	(2.545,80)	(6.584,72)	(8.883,24)
Despesas de Amortização	0,00	0,00	(2.840,01)	(5.005,95)
Despesas de Depreciação	(46.348,45)	(93.270,28)	(53.177,15)	(99.860,17)
Outras Despesas Administrativas	(123.966,04)	(253.680,27)	(128.241,87)	(245.445,09)
Emolumentos judiciais e cartorários	(933,43)	(4.990,61)	(588,04)	(1.405,97)
Rateio de despesas da Central	(394,80)	(789,60)	(20.394,80)	(82.196,39)
TOTAL	(1.515.515,92)	(3.059.176,09)	(1.657.137,23)	(3.295.975,41)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	29.093,22	31.334,94	13.945,71	25.643,88
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	7.999,09	26.535,33	17.119,37	74.383,41
Deduções e abatimentos	0,35	235,52	41,46	41,46
Distribuição de sobras da central	0,00	61.039,12	0,00	79.874,49
Rateio de despesas da central entre filiadas	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00



Rendas oriundas de cartões de crédito	25.050,69	67.525,65	36.328,06	78.463,40
TOTAL	62.143,35	186.670,56	87.434,60	278.406,64

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3,72)	(20,27)	(49,00)	(49,00)
Despesas de Provisões Passivas	(9.916,77)	(18.369,29)	(21.380,38)	(38.075,46)
Outras Despesas Operacionais	(33.678,04)	(64.718,61)	(83.549,73)	(164.554,27)
Descontos concedidos - operações de crédito	0,00	0,00	(278,83)	(725,17)
Cancelamento - tarifas pendentes	(48.882,37)	(82.327,14)	(27.406,57)	(50.013,56)
TOTAL	(92.480,90)	(165.435,31)	(132.664,51)	(253.417,46)

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.269.676,18	3,1249%	8.734,11
TOTAL	1.269.676,18	3,1249%	8.734,11
Montante das Operações Passivas	222.906.078,20	81,6312%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	275,16	2,75	0,2243%
Conta Garantida	62.862,83	534,92	7,6558%
Empréstimos	1.086.421,21	5.939,46	6,6771%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.059.344,61	3,0137%	0%
Depósitos a Prazo	32.057.118,60	45,9464%	0,1630%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	502.739,17	58,3602%	0,1561%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
--	--	-------------------



Empréstimos	0,40%	54,24%
Financiamentos Rurais - repasses	1,23%	36,53%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,69%	164,91%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,16%	24,40%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020		
Empréstimos e Financiamentos		6,22%
Aplicações Financeiras		81,63%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	342.814,53
Empréstimos	7.189.953,68
Financiamentos	78.139,45

e) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(24.050,00)
Honorários - Diretoria	(323.050,00)
Encargos Sociais	(69.420,00)

26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOWI - SICOOB SECOCRED MG**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SECOCRED MG** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	100.018.085,75	74.853.500,70
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8 e 9)	1.387.699,22	1.050.192,62



27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

27.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5. Gestão de Continuidade de Negócios



A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

30. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SECOVICRED MG, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo.

BELO HORIZONTE, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Ariano Cavalcanti de Paula
Diretor Presidente

Luiz Fernando Rievers Machado
Diretor Financeiro

Leonardo da Mota Costa
Diretor Administrativo

Paulo César de Souza Andrade
Diretor Jurídico

Carla Alves de Souza Dias
Contador - CRC 110071/MG



Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Mercado Imobiliário e da CMI SECOVI – SICOOB SECOVICRED MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao disposto no Art.91, VII do Estatuto Social, no que tange às competências deste Conselho, examinamos os balanços patrimoniais da Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Mercado Imobiliário e da CMI SECOVI – SICOOB SECOVICRED MG, levantados em 31.12.2020 e 31.12.2019, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Balanço e Notas Explicativas elaboradas sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da cooperativa, a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, assim como, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas apresentadas nas demonstrações contábeis em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31.12.2020 e 31.12.2019; o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações e seus recursos, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Belo Horizonte, 03 de março de 2021.

DocuSigned by:

18B4509EBA62490...

Achilles Ribeiro Seabra Eiras
Conselheiro Efetivo – Coordenador

DocuSigned by:

A683E50FF33142B...

Mário Luiz da Cunha
Conselheiro Efetivo

DocuSigned by:

041448C445DB4FF...

Galba José de Sousa
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi - SICOOB SECOVICRED MG

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi - SICOOB SECOVICRED MG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SECOVICREDI MG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 04 de março de 2021.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O